

AS CRIANÇAS COMO CATEGORIA GERACIONAL AUTÓNOMA: O ESTATUTO DA CRIANÇA AO LONGO DOS TEMPOS

Ana Catarina Martins Correia Soares

ISCET | Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo

RESUMO

A existência de crianças é uma verdade incontestável e indissociável da existência da humanidade. Mas, ao longo da história tem-se observado uma verdadeira instabilidade em relação ao seu posicionamento na sociedade, à forma como são encaradas, às atitudes dos adultos para com elas e às políticas e orientações que lhes são dedicadas. Em todas as sociedades é possível encontrar formas específicas de comprometimento para com as suas próprias crianças. Podendo observar-se, assim, formas distintas de atenção e atuação. A sua definição, com base na delimitação etária, assume carácter de intemporalidade e de variação sincrónica. A criança, ao longo da história e como parte de toda uma geração, vai assumindo diferentes estatutos e papéis sociais. Deste modo, pode afirmar-se que a existência de uma categoria social infância é fortemente influenciada pelas ideias e atitudes dos adultos. Este factor é consequência, em larga medida, de sistemas periciais (universidades, centros de investigação, agências de conhecimento, etc), que colaboram para a construção dos modos predominantes de interpretação da realidade e regras de conduta para a ação.

Na atualidade, disseminadas pelos *media*, as ideias dominantes sobre a infância contribuem em grande parte para a definição de atitudes e práticas dos adultos em relação às crianças.

PALAVRAS-CHAVE: criança, infância, sociedade, posicionamento, história.

ABSTRACT

The existence of children is an undeniable truth and an inseparable part of human existence. But throughout history there has been a real instability with respect to their position in society, the way they were viewed, the attitudes of adults towards them and the policies and guidelines that are devoted to them. All societies are engaged in a particular way to their children. This means, that we can observe distinct forms of attention and action. Its definition, based on age, takes on a timeless character and synchronic variation. The children, throughout history and as part of a whole generation, will assume different statutes and social roles. We can say, that the existence of a social category “childhood” is strongly influenced by the ideas and attitudes of adults. Largely resulting from expert systems (universities, research centers, branches of knowledge, etc), thus contributing to the construction of the ways that prevailing interpretation of reality and rules of conduct for action.

Nowadays, the media has spread the dominant ideas about childhood thus contributing greatly to the attitudes and practices of adults to children.

KEYWORDS: child, childhood, society, positioning, history.

O estudo histórico da infância obriga a que se efetue uma diferenciação entre a infância enquanto grupo social com características específicas e a existência ou não de afeição pelas crianças.

Ao recuarmos até à Idade Média, verificamos que a representação visual do adulto *versus* criança apresentava como única e notória diferença, o tamanho das figuras do adulto e da criança. O rapazinho era visto como um homem em miniatura, a menina devia comportar-se como uma mulherzinha. A roupa de uma criança e de um adulto não se distinguia senão no tamanho, refletindo sim a classe social. Mais do que a idade, eram o género e o *status* que definiam o tratamento a esperar. Outro factor demonstrativo desta semelhança encontra-se nas formas de divertimento, indistintas entre adultos e crianças (Calvert, K., 1992).

A passagem para a sociedade adulta era extremamente condicionada pela capacidade de autonomia da criança. Um determinado grau de discernimento era vital para que esta transição se realizasse. O facto de a Igreja, a partir do 4º concílio de Latrão que teve lugar em 1215, exigir a confissão e autorizar a comunhão a partir dos 7 anos, traduzia a ideia de que o uso da razão se atingia a partir dessa idade, bem como um certo grau de discernimento. Devido à influência colossal da Igreja, os pais deixavam, frequentemente, as crianças até aos 7 anos à sua inteira responsabilidade, cujas diretrizes jamais seriam postas em causa. Após esta idade, a criança já poderia então expressar as suas ideias, distinguir o bem do mal e escolher entre um e outro (Shahar, S., 1990). Aos 7 anos um indivíduo começava a traçar o seu caminho; entre os 7 e os 9 muitas crianças encontravam-se já entre os trabalhadores domésticos, é ainda de salientar que as mais antigas regras de cortesia do séc. XV, não fazem referência aos deveres das crianças para com os pais, mas sim perante os empregadores (Ariès, P., 1962). Os homens das classes mais altas tendiam a fazer escolhas que permitissem a satisfação do desejo de aprender mais. Para isso deslocavam-se para localidades maiores onde podiam melhorar a sua bagagem intelectual. Durante muito tempo, a alfabetização e transmissão do saber eram apanágio do clero que assim podia exercer a sua autoridade incontestada. A escola secular contribuiu grandemente para a mudança de muitas orientações que ninguém se atrevia a questionar. Algumas crianças trabalhavam em quintas, outras ocupavam-se em atividades de aprendizagem ou exploravam capacidades intelectuais. Havendo ainda outras que ocupavam posições de liderança na religião, na política, ou na vida militar (Ariès, P., 1962). Não esqueçamos que, o Arcebispo de Salzburgo em 1168 era o filho mais novo de Vladislav II da Boémia; lembremo-nos, também, da Cruzada das Crianças no século XII, atraindo centenas de jovens das classes mais baixas desde os 6 até aos 17 anos, independentemente de as suas famílias o desejarem ou não. As crianças na Idade Média participavam nos mais variados aspectos da vida económica, política, intelectual, tal como um adulto. Na Idade Média, não se verificava uma distinção entre idades, factor que era ainda mais acentuado pelo facto de a escola não se destinar a educar a infância. Mas, a situação começou a mudar no início do século XIV (Pernoud, R., 1979). Sinal disso foi a separação escolar. Rapazes para um lado, e raparigas para o outro. Por meados do século XV, já não havia controlo sobre o que mais gostariam de aprender. O novo sistema escolar, desenvolvido a partir de meados do século XV, vai desencorajar a participação de estudantes mais velhos. A infância, na sua globalidade, começa a ser sujeita a uma disciplina degradante imposta pelos senhores feudais. A ideia de uma diferença conceptual entre a natureza da infância e o mundo dos adultos começou com o conceito elementar de fraqueza da criança. O reconhecimento deste facto não reverteu em benefício da criança, pelo contrário, deslocou-a até ao nível mais baixo da escala da sociedade.

A forma como os rapazes se vestiam até aos 7 anos de idade é outro aspecto a considerar. No século XVI, eram vestidos como raparigas. Esta atitude, espantou muita gente, que se questionava, sobre a razão pela qual as raparigas não eram, do mesmo modo, distinguidas nas suas roupas. Philippe Ariès, na sua obra «Centuries of Childhood», afirma

“(...) a ideia de infância começou por referir-se aos rapazes, enquanto as raparigas persistem durante muito mais tempo na tradicional forma de vida, o que fazia com que se confundissem com adultos (...)” (1962: 57)

Hoje em dia, custa a entender, ou até considerar, a possibilidade de que a separação das crianças numa esfera chamada infância, pudesse envolver aspectos de poder. O debate público desencadeado pelo movimento feminista, nos anos mais recentes, aclarou algumas questões. Karin Calvert escreve sobre a nova distinção na forma de vestir das crianças na América colonial:

“(...) os trajes (roupas) coloniais, revelam uma sociedade particularmente preocupada com assuntos de poder, autonomia e independência. As linhas de separação de género, não eram, claramente, desenhadas; raparigas e rapazes muito novos, usavam o mesmo tipo de trajes. As diferenças condicionadas pela idade, não eram, sempre, claras. Todas as raparigas e mulheres, se vestiam de forma mais ou menos idêntica, assim como todos os rapazes, acima da idade de sete ou oito. Mas, as linhas entre os membros dominantes da família e seus dependentes eram bem claras. Dois tipos de trajes, verdadeiramente distintos existiam para diferenciar entre o homem, a mulher e as crianças.” (1992: 47)

Mas, foi o século XVII que, no entanto, se assistiu ao fim efetivo de uma forma de viver, onde o mundo dos adultos não conhecia barreiras, separando os mais novos das atividades dos adultos e vice-versa (Badinter, E., 1980). As crianças já não são mais tratadas como meros agentes livres, sofrendo apenas devido à sua fragilidade e ignorância. Agora trabalham debaixo de uma desvantagem: «são crianças». Do século XVII em diante, as crianças passaram a ser vistas de uma forma diferente das outras pessoas. De tal forma diferentes, que as tornaria não elegíveis para o novo espírito de democracia que o século XVIII haveria de trazer. No século XVII, assistiu-se ao incremento da autoridade que o homem adulto tinha em casa. De várias formas, o século XVII continuou a demonstrar uma linha de discriminação entre adultos e crianças. Todavia os adultos continuavam a gostar dos mesmos jogos e brincadeiras das crianças, particularmente no seio das classes mais baixas e nas colónias (Calvert, K., 1992). No entanto, o século XVII assistiu à publicação de livros exclusivamente dirigidos às crianças, quase sempre de natureza religiosa, ou com o beneplácito da Igreja. Muitos deles, versavam sobre o *status* que consideravam que a criança deveria ter. As suas histórias mostravam que a vida poderia ser vivida integralmente, dentro das dimensões moral e espiritual, antes do fim da infância. Há, aqui, uma classificação implícita das crianças como «adultos em ponto pequeno» (Sommerville, C. J., 1992). Esta forma de encarar as coisas presta-se a confusões de vária ordem. No século XVIII, surge um novo tipo de livro para crianças, mostrando já uma nova ideia de criança. Nestes novos livros, era vista como incapaz de refletir sobre os verdadeiros dilemas morais ou ações de natureza prática (Earle, A. M., 1969). Esta nova filosofia sobre a criança não foi imediatamente aclamada, continuou sim a gerar polémica, mas agora segundo outro ponto de vista (Cable, M., 1972). Foi efetivamente a partir do século XVIII que se começou a desenvolver uma nova ideia de criança e de diversão infantil, esta verdadeiramente distinta da dos adultos. As crianças começaram também a ser separadas de acordo com o sexo. Por exemplo: raparigas deverão brincar com bonecas e rapazes com berlindes ou a empurrar o arco (Calvert, K., 1992).

A sociedade criou e definiu a infância como um estágio distinto de desenvolvimento, com as suas próprias necessidades e virtudes, providenciando as suas próprias atividades. Brincar tornou-se domínio da infância. A alteração do *status* da criança no século XVIII foi acompanhada por toda uma série de alterações em relação

a ela. No entanto, tanto as crianças como as mulheres continuam a desempenhar um papel de subordinação dentro da família.

A separação entre adultos e crianças não se verificou de imediato, e de forma idêntica para todas as classes sociais. Para as crianças das classes pobres, a realidade laboral perduraria por muito tempo; para as crianças das classes sociais ricas a frequência da escola, em internato, era o sinal dessa separação em relação ao mundo dos adultos. Verifica-se uma preocupação cada vez maior com a proteção das crianças abandonadas e vagabundas (Calvert, K., 1992). Em termos gerais, pode considerar-se a Revolução Francesa¹ como marco fundamental desta nova realidade, já que consagra a igualdade, independentemente das condições de nascimento, no plano de direitos e deveres, aponta e reivindica a necessidade de educação para todos (Chombert-de-Lauwe, 1991). No entanto, a expectativa, em termos de autonomia de ação, tem pouca relação com o que se passa nos nossos dias. Hoje, a criança dá a sua opinião com grande liberdade, sobre tópicos de conversa entre adultos e espera ser ouvida, o que acontece muitas vezes (Cable, M., 1972). Nos séculos anteriores, as crianças tinham menos liberdade, e sofriam uma grande separação da sociedade, que era definida como um domínio pertencente ao mundo dos adultos. As crianças, enquanto grupo, estiveram sempre na base da estrutura social. As crianças, individualmente, foram também sentindo esta dificuldade separatista. Os rapazes, ao alcançarem a puberdade, experimentavam uma aproximação ao mundo dos mais crescidos e, nesse ponto, ficavam a par dos mais velhos. Na Idade Média, em que as crianças estavam equiparadas aos adultos, poucas crianças podiam competir economicamente (Kett, J. F., 1977). Tudo isto mudou muito com o século XIX e a Revolução Industrial.

O século XIX foi de contrastes, porque, por um lado, alguns membros de «uma certa classe média» foram propalando algumas ideias diferentes sobre as crianças, mas, por outro, foram criando um maior distanciamento das crianças dessa mesma classe, tanto em termos sociais como escolares, em relação às crianças das classes trabalhadoras, que apesar experimentarem um «boom» económico, eram separadas, sobretudo pelas limitações impostas, pela classe média (Calvert, K., 1992). As crianças das classes trabalhadoras no século XIX, continuavam a vestir como os pais, e continuavam a trabalhar e a divertir-se de forma muito semelhante à dos adultos. Um escritor inglês escreveu:

“Eu vi um rapazinho, este inverno, que trabalha numa fábrica, e que vive a apenas a alguns metros da minha porta; ele não tem sequer seis anos de idade, e eu vi-o, quando tinha alguns trocos no seu bolso, a ir para um «Pub», a pedir um copo de cerveja, e a beber tão legitimamente, e à-vontade, como se de um verdadeiro adulto se tratasse.” (in Jordan, T. E., 1987: 291)

Enquanto as crianças da classe média nos séculos XVIII e XIX, se iam tornando mais isoladas e dependentes, e conseqüentemente menos conhecedoras da vida real, as crianças das classes trabalhadoras continuavam com o mesmo tipo de estatuto, como se permanecessem ainda nos séculos XVI e XVII. As classes trabalhadoras eram apenas representativas do que outrora havia sido a norma. Eram as suas crianças que, na viragem do século, veriam o seu comportamento catalogado como desviante e patológico (Kett, J. F., 1977).

1 - Revolução Francesa. Sucessão de movimentos políticos, com início em 1789, suscitados pela grave crise da monarquia francesa e pela afirmação política da sua burguesia urbana, durante a qual foi abolida a monarquia e instituída a República. Veio a dar lugar ao Governo de um só homem: Napoleão Bonaparte. O seu início pode datar-se de 1789, com a tomada da prisão da Bastilha a 4 de julho. A Assembleia Nacional de França, em agosto, aprova a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, inspiradora da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU), e assinada por todos os Estados membros, esta, afirma a preocupação internacional com os direitos humanos e em que consiste.

No século XIX, o factor força foi-se tornando cada vez menos importante para o sucesso no mercado de trabalho, e especialmente nas nações mais industrializadas, as crianças das classes mais baixas ganhavam mais poder. Estas transformações são lentas, na verdade, e de uma forma geral, todo este processo evolutivo começou já no século XVII, e viria a expandir-se mais tarde. Por todo o lado, as crianças eram cada vez mais separadas dos adultos. As das classes médias não jogavam mais os mesmos jogos, já não liam os mesmos livros, não bebiam as mesmas bebidas, não vestiam roupa idêntica aos adultos e não participavam mais na economia. Os adultos foram retirados das escolas, assim como as crianças foram sendo cada vez mais encaminhadas para dentro delas. As das classes médias não se relacionavam com adultos não familiares, não se posicionavam (adultos e crianças não familiares) como iguais. No entanto, é ao longo do século XX que a relevância crescente dada às crianças, é bem visível. Mas, tem sido nos últimos anos, que a preocupação com as crianças se tem tornado mais notória. A Convenção dos Direitos da Criança não é uma mera divagação filosófica. É cada vez mais levada a sério pelos poderes constituídos, assumindo mesmo foros de imposição legislativa. Em Portugal, vários têm sido os sinais desta crescente importância: a disputa por programas televisivos dirigidos especificamente às crianças, ou sobre estas, bem como as constantes denúncias de abusos sejam eles de que tipo for: físicos, morais ou psicológicos. Já não se trata, apenas e tão só, do estudo da criança enquanto indivíduo, como por exemplo o faz a Psicologia, mas também enquanto grupo social. Esta aceção torna-se particularmente notória a partir do fim dos anos 80, princípios dos anos 90 do século XX. Em todos os campos se verifica uma maior atenção dispensada à criança. Novas condições, novas circunstâncias na vida da criança e no seu processo de inserção social, a nível internacional, têm vindo a revelar esta nova conjuntura social. No meio de tudo isto, constata-se um facto curioso: o aumento da importância dada à criança é, muitas vezes, inverso ao seu peso na globalidade populacional. Tal facto deve-se a um aumento da esperança de vida, e, ao mesmo tempo, a uma diminuição da taxa de natalidade no mundo ocidental. Há uma inversão proporcional entre a atenção dada as crianças e o seu decréscimo.

“(...) Dir-se-ia que o mundo acordou para a existência das crianças no momento em que elas existem em menor número relativo.” (Sarmiento, M. J. e Pinto, M., 1997: 11)

Em rigor, o crescimento da importância dada às crianças remonta aos séculos XVII e XVIII e tem vindo a aumentar sobretudo nos países que se reclamam de civilizados. Paradoxalmente, pouco se tem vindo a fazer por milhões de outras crianças que um pouco por todo o mundo vivem em condições de pobreza extrema, vítimas de todo o tipo de sevícias. A preocupação com estas crianças existe quase só nos discursos de circunstância dos poderosos. A intranquilidade da consciência coletiva, relativa a esta ignomínia, está na origem do aparecimento de organizações não governamentais cujo objetivo é precisamente acudir a este segmento da população que está espalhado por todo o globo, e a quem falta tudo. Tudo é mesmo a palavra certa, não é uma força de expressão. Estes pequenos seres humanos são carentes de afeto, de conforto, dos mais elementares materiais. Crianças do arquipélago de Bijagós, na costa da Guiné, que para aprender as primeiras letras têm que escrever no chão com um pau. Não admira que uma folha de papel e uma esferográfica sejam motivo de grande alegria!

“As inconstâncias da agenda política da infância são a expressão desse paradoxo maior de às crianças ser atribuído o futuro do mundo num presente de opressão.”

(Sigritta, G. B., 1997)

Pode dizer-se, então, que a existência de um grupo social chamado «infância» se exprime pelo estatuto social que lhe é atribuído, e pelo valor atribuído à criança, factor que se exprime, por exemplo, pela criação da instituição escola. Mas, os paradoxos não acabam aqui. Esta maior importância atribuída à criança, não é, muitas vezes, acompanhada de um maior entendimento dos seus próprios comportamentos enquanto crianças. Segundo Calvert (1992), ao mesmo tempo que se lhe atribui uma maior importância, também se desvaloriza. Ainda segundo este autor, ao mesmo tempo que se espera delas um comportamento coerente com a idade critica-se esse mesmo comportamento.

A heterogeneidade que existe advém de uma grande variedade de sistemas de valores, crenças e representações sociais das crianças. Henry Hendrick (1994) apresenta diferentes imagens da criança: romântica, criança-operário, delinquente, criança-adulto, membro da sociedade, membro da família, criança-pública. Este conjunto de categorias traduz, no entanto, uma visão muito específica no conjunto da sociedade. A imagem da criança-cidadão é, talvez, uma das mais significativas, na medida em que engloba um facto altamente descritivo da evolução da criança e da sua contextualização social.

A existência de uma cultura da infância não significa, obrigatoriamente, que a criança esteja ausente do mundo dos adultos, nos seus comportamentos e atitudes. Este facto deve-se, de entre outras causas, a diferentes modos de disseminação da informação. O contexto de vida das crianças é um factor vital para se perceber as culturas infantis, porque é neste contexto que surgem as vivências e a atribuição de sentido dado aos atos praticados. Esta variação nas condições sociais de vivência, que se traduz em diferenças individuais, classe social, etnia, género, cultura..., conduz a uma diversidade de existências. Todos nós temos a percepção de que, mesmo hoje em dia, não é completamente indiferente o facto de se ser rapaz ou rapariga numa sociedade patriarcal. Isto conduz a diferentes processos de socialização, a variações, maiores ou menores, nos valores, a diferenças no desempenho de tarefas domésticas, etc. Também não é indiferente, o facto de a criança pertencer à classe trabalhadora, média, média-alta ou alta. Se se tentar interpretar uma criança descontextualizando-a, corremos o risco de incorrer no erro de tentar encaixar indiferentemente as crianças numa mesma categoria. Este modo de proceder iria trazer dificuldades de entendimento relativamente aos seus diferentes modos de agir. Interpretar a infância, enquanto categoria social autónoma, implica avaliar as diferentes dimensões e factores que caracterizam cada criança e que lhe dão uma posição própria, num quadro social específico. Não se trata de tentar manobrar o carácter individual de cada criança, mas de ter em atenção a sua inserção enquanto indivíduo num contexto de múltiplas relações e mutável, funcionando como alicerce da movimentação social da mesma.

“(...) a infância, sendo uma categoria que se define pela idade é, no entanto, muito mais do que um simples conceito criado para dar conta da totalidade das pessoas que ainda não perfizeram a idade convencional de 18 anos. Há factores sociais específicos, isto é transversais à posição da classe, ao género, à etnia ou à cultura, que permitem pensar a infância como uma construção social, que se distingue dos outros grupos e categorias sociais, e que se caracteriza como um «grupo minoritário», isto é, com um status social inferior por relação com os grupos dominantes e, portanto, com uma situação plena na vida social.” (Qvortrup, J., 1991: 15).

O que se tem vindo a verificar, até hoje, é a existência de aspectos que revelam sinais de uma construção social lenta, a caminho de uma realidade nova, de acordo com alterações das condições de vida e das mentalidades essencialmente a partir do Renascimento² (Pinto, M., 2000).

2 - Renascimento. Período de revolução artística, literária e científica, situado entre os séculos XIV e XVI, e que se realizou no plano estético, com base nos modelos da cultura clássica greco-romana. Movimento cultural, que se estendeu a países da Europa Central e Ocidental, como a Itália, e veio a alastrar e a ter profundas repercussões na cultura de praticamente todos os países do continente europeu. As figuras de proa gostavam de se apresentar como críticos do “obscurantismo” medieval, numa atitude de contestação à tradicional influência da religião na cultura, no pensamento, na vida quotidiana ocidental. O factor social, que tornou possível a eclosão e sobrevivência do movimento renascentista, foi a ascensão de uma burguesia ligada à banca e grandes negócios internacionais, portadora de uma ideologia individualista e ansiosa por autoridade política que, até então, estivera concentrada nos eclesiásticos e nobres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe (1962), *Centuries of Childhood*, NY: Vintage Books, pp.57-154.
- BADINTER, Elisabeth (1980), *Mother Love: Myth and Reality: Motherhood in Modern History*, NY: Macmillan, pp.20-21.
- CABLE, Mary (1972), *The Little Darlings: A History of Child Reading in America*, NY: Charles Scribner's Sons, p.35 e 94.
- CALVERT, Karin (1992), *Children in the House. The Material Culture of Early Childhood, 1600-1900*, Boston: Northeastern University Press, p.47-48, p.71, pp.81-83.
- CHOMBERT-de-Lauwe (1991), «Vers Un Nouveau Statut Social: des Différentes Conceptions de L'Enfant», *Autrement* (série Mutations), nº123, Septembre, p.156.
- EARLE, Alice Morse (1969), *Home and Child Life in Colonial Days, Abridge From Home Life in Colonial Days-1868- and Child Life in Colonial Days-1899-*, NY: Shirley Glubok Ed., Macmillan, p.137, 177 e 238.
- HENDRICK, Henry (1994), *Child Welfare: England 1872-1989*, London: Routledge.
- JORDAN, Thomas E. (1987), *Victorian Childhood. Themes and Variations*, «Segundo as palavras de S. H. G. Kydd, identificado como "Alfred" em 1857», Albany/NY: State University of New York Press, p.29.
- KETT, Joseph F. (1977), *Rites of Passage. Adolescence in America. 1790 to the Present*, New York: Basic Books, p.18-19, p.38, pp.51-59.
- SARMENTO, Manuel Jacinto e Pinto, Manuel (1997), *As Crianças. Contextos e Identidades*, Coleção Enfants, Centro de Estudos da Criança, Braga: Universidade do Minho, p.11 e 14.
- SHAHAR, Schulamith (1990), *Childhood in the Middle Ages*, New York: Routledge, p.23, pp.97-98.
- PENOUARD, G. (1979), *L'Enfant et la Publicité. Problèmes et Résultats d'une Expérience*, Seminário do Instituto de Investigação e de Estudos Publicitários de França, pp.27-37.
- PINTO, Manuel (2000), *A Televisão no Quotidiano das Crianças*, Biblioteca Ciências do Homem, Vol.29, Porto: Edições Afrontamento, pp.63-65, pp.76-80, pp.89-93, p.111.
- QVORTRUP, Jeans (1991), «Childhood as a Social Phenomenon. An Introduction to Series of National Reports», *Eurosocial-Report* 36, European Center, Viena, pp.15-16.
- SIGRITTA, Giovanni B. (1997), «Inconsistencies: Childhood on Economic and Political Agenda», *Comunicação à Conferência Childhood and Children's Culture*, Dinamarca, Esbjerg, 30 de Maio a 2 de Junho, Policopiado.
- SOMMERVILLE, C. John (1992), *The Discovery of Childhood in Puritan England*, Athens: Ga: The U of Ga Press, p.31.